O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 16 | Nº 47 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10157177

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

O PROGRAMA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS/BA: RELAÇÃO PÚBLICO/PRIVADO

Cosmerina de Souza de Carvalho[1]

Shirley Ferreira dos Santos[2]

Lívia Andrade Coelho[3]

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a implementação do Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC) no município de Ilhéus/Ba, com vistas a compreender e discutir a relação do setor público com o privado, para inserção de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação em escolas públicas. Trata-se de uma pesquisa documental, cujas fontes principais são documentos referentes ao Programa disponibilizados pela Secretaria de Educação do município, como o projeto submetido para participar da seleção, informações publicizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Ministério da Educação (MEC). Os dados revelaram que, apesar do Programa possibilitar a conectividade e recursos tecnológicos nas escolas públicas, o uso é primário e inconstante. Há limitação dos artefatos tecnológicos e do acesso à internet, o que incentiva, por exemplo, um uso restrito à alfabetização digital e ao consumo de conteúdo, como consequência das parcerias público e privado que fomentam políticas públicas visando o lucro, e, com isso, não avança na perspectiva de uma apropriação crítica e criativa das tecnologias digitais. Além disso, é necessário o investimento efetivo para formação continuada das/os professoras/es.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Relação Público e Privado; Tecnologias Digitais.

Abstract

The aim of this work is to analyze the implementation of the Connected Education Innovation Program (PIEC) in the municipality of Ilhéus/Ba, with a view to understanding and discussing the relationship between the public and private sectors, for the insertion of Digital Information and Communication Technologies in public schools. This is a documentary study, whose main sources are documents relating to the program made available by the municipality's Department of Education, such as the project submitted for selection, information published by the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) and the Ministry of Education (MEC). The data revealed that, although the Program enables connectivity and technological resources in public schools, the use is primary and inconstant. There are limited technological devices and internet access, which encourages, for example, use restricted to digital literacy and content consumption, as a result of public-private partnerships that promote public policies aimed at profit, and thus does not advance towards a critical and creative appropriation of digital technologies. In addition, effective investment is needed in the continuing education of teachers.

Keywords: Digital Technologies; Educational Public Policies; Public and Private Relationship.

[1] Professora da Rede Municipal de Ensino de Ilhéus (BA). Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: cscarvalho@uesc.br

[2] Professora da Rede Estadual de Ensino da Bahia. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: sfsantos1@uesc.br

[3] Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: livia@uesc.br

INTRODUÇÃO

Diante do célere avanço tecnológico no Brasil desde a década de 1990, tem-se discutido intensamente a implantação de políticas públicas e implementação de projetos e programas voltados para a inserção das tecnologias digitais nas escolas públicas. Nesta perspectiva, observamos que nos últimos cincos anos aumentaram significativamente as parcerias do setor público com o setor privado, para desenvolvimento de ações nesta perspectiva.

À medida que a sociedade brasileira se apropria das tecnologias digitais em suas mais diversas áreas, cultural, política, econômica, indústria e comércio, concomitantemente isso se reverte enquanto demanda para formação da população, com vistas a serem capacitadas não tão somente para o uso como, também, para desenvolver conteúdos e produtos.

Com o crescente movimento das tecnologias digitais em rede, o governo brasileiro desde a década de 1990 implementa programas e projetos para inserir computadores nas instituições de ensino públicas e conectá-las à internet. O Programa mais recente implementado pelo Governo Federal é o Programa de Inovação Educação Conectada.

Posto isto, é necessário compreender as relações estabelecidas entre os setores públicos e privados para esse propósito, ações e programas educacionais implementados com vistas a possibilitar o acesso às tecnologias digitais em instituições de ensino públicas, com objetivo de conhecer e discutir os pormenores destes acordos.

É mister pontuar que as relações dos setores públicos com os privados estão cada vez mais estreitas desde a ampliação das políticas públicas com concepções neoliberais. Com isto, é fato que empresas privadas têm buscado cada vez mais firmar parcerias com os entes federados, seja município, estado ou governo federal, com vistas a vender produtos ou disponibilizar acesso a ferramentas digitais para as escolas públicas e, para tal, se apropriou do discurso de “inovação”, "melhorias no ensino” e “qualidade”. Por isso se faz necessário conhecer e discutir os pormenores dos instrumentos jurídicos que selaram os acordos, para discutir, por exemplo, a qualidade dos equipamentos e da conectividade e o que efetivamente é possível fazer com eles, no cotidiano destas instituições.

Nesse sentido se justifica a necessidade de compreender os acordos existentes entre os setores públicos e privados, com vistas a levar tecnologias e aparatos tecnológicos para as instituições de ensino públicas. Deste modo, acreditamos que a relação entre professoras/es e estudantes mediadas pelas tecnologias pode possibilitar um processo de ensino e aprendizagem mais dinâmico e significativo, desde que os recursos tecnológicos disponibilizados nas escolas sejam de qualidade, com velocidade de

internet suficiente para uso de professoras/es e estudantes sem interrupção, aparatos técnicos com capacidade para criação, dentre outros recursos com muitas possibilidades de uso nas práticas escolares.

Nesse sentido, destacamos que as parcerias entre os setores públicos e privados implicam em um processo que perpassa também a estrutura social. As grandes empresas que são formadas pelas classes dominantes, pouco se comprometem de fato com questões que podem favorecer a educação pública de qualidade e que de fato atenda às necessidades dos/as estudantes destas instituições. Necessário destacar que é função do Estado possibilitar a democratização do acesso aos recursos tecnológicos nas escolas públicas, com vistas a atender ao contexto dos sujeitos que fazem parte de uma cultura digital e o uso destes recursos para a formação deles/as, numa perspectiva crítica e política, como, também, regulamentar o uso e a proteção dos dados e conteúdos produzidos.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a implementação do Programa de Inovação Educação Conectada no município de Ilhéus/BA, com vistas a compreender e discutir a relação do setor público com o setor privado, para inserção de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação em escolas públicas. Para alcançar o objetivo deste estudo optamos por uma abordagem metodológica qualitativa, do tipo pesquisa documental.

Para análise dos dados fizemos a categorização das informações levantadas nos documentos, sendo a primeira categoria, o processo seletivo referente a chamada pública pelo Edital Nº 001/2018, no qual o município de Ilhéus submeteu um projeto, a segunda, a implementação do Programa e a terceira, o funcionamento dele no município. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2011). As fontes primárias para construção dos dados para análise foram, documentos referentes ao Programa disponibilizados pela Secretaria de Educação do município, como o projeto submetido para seleção de acordo com o Edital de Seleção nº 001/2018, e tivemos como fontes secundárias, informações publicizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o MEC.

Este trabalho está apresentado em seis seções. Na primeira seção, consta a introdução com a contextualização do estudo, a justificativa, o objetivo e a metodologia. Na segunda seção, apresentamos o referencial teórico sobre o uso das TDIC no contexto social, e como esse uso se reverbera no processo de ensino. Na terceira seção, explanamos a implementação do Programa de Inovação Educação Conectada no município em questão. Na quarta seção, discutimos a influência do setor privado nos programas direcionados para as instituições públicas. Na quinta seção, encontram-se as considerações finais diante do estudo realizado, e por fim as referências que ancoraram as discussões ao longo do texto.

TECNOLOGIAS DIGITAIS: TENSIONAMENTOS E DESAFIOS PARA APROPRIAÇÃO CRÍTICA E AUTORAL

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC, na contemporaneidade tem possibilitado a atuação e interação dos sujeitos sem "barreiras" geográficas e numa perspectiva global, intensa e praticada por um número cada vez maior de pessoas: os dados da Pesquisa TIC Domicílios 2022, do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.BR, 2022), apontam que 84% dos brasileiros utilizam a internet e destes, 96% são indivíduos em idade escolar. Esses números revelam uma intensidade no acesso à rede por parte do público atendido pela Educação Básica no Brasil.

No entanto, a pesquisa TIC Educação (2021) aponta como barreira para uso das tecnologias digitais nas escolas públicas, o número insuficiente de computadores por aluno e a baixa velocidade de conexão à internet (CETIC.BR, 2022).

Contudo, destacamos que com a grande rede de comunicação e informação que há, os indicadores da educação se tornam cada vez mais acessíveis, e, uma vez seus resultados publicizados, sejam eles positivos ou negativos, refletem na tomada de decisão acerca dos investimentos nas escolas. Conforme afirmam Matos e Rodrigues (2016), os resultados do monitoramento da educação e seus resultados "cumprem a função de orientar políticas públicas educacionais e têm ocasionado um impacto importante na sociedade brasileira". Em função disso, cumpre a finalidade de nortear políticas relativas ao uso das tecnologias na educação, por exemplo.

Nessa perspectiva, Silva (2005), destaca que acordos políticos e financeiros são realizados no sentido transnacional entre diferentes organizações, por grandes empresários e forças políticas para definir prioridades dos setores educacionais, motivados pelo acesso a comunicação que estas tecnologias possibilitam e que esse acesso poderá contribuir para aprendizagem das crianças e jovens que estão nas escolas.

Como assinalam, Bonilla e Pretto, (2015, p. 449), "Em tempos de comunicação em rede, intensificam os fluxos das informações, ideias, conhecimentos e culturas que circulam na sociedade, podendo, qualquer pessoa, em qualquer lugar, participar dessa dinâmica numa perspectiva autoral". Nesse universo de conectividade, um dos desafios é preparar as escolas, do ponto de vista infraestrutural, para que as práticas para o ensino e aprendizagem não sejam meras reprodutoras ideológicas e formadoras de mão de obra para o mundo do trabalho. Nesse sentido, Bonilla e Pretto, (2015, p. 502) nos asseveram que:

> É necessário ultrapassar a ideia de uso das tecnologias como ferramenta de capacitação para o mercado de trabalho, através de cursos técnicos para a população de baixa renda, ou então como meras ferramentas didáticas para continuar ensinando os mesmos conteúdos na escola, espaços onde normalmente é proibido o acesso a salas de bate-papo, jogos e redes sociais.

Outro desafio é superar o uso técnico, as tecnologias como auxiliares nos espaços formativos. Faz-se necessário buscar novas práticas pedagógicas tendo esses recursos como estruturantes dos fazeres, uma vez que elas não são neutras e poderá conduzir a um vasto caminho de mudanças nos comportamentos humanos. "Dessa forma, as interações humanas que perpassam pelos processos tecnológicos tornam-se elementos fundamentais, pois é a partir delas que emergem possíveis transformações" (HEINSFELD; PISCHETOLA, 2019, p. 03). No âmbito educacional e da cultura digital, espera-se que o ensino contribua no desenvolvimento de gerações conscientes diante da liberdade de expressão e criação que emergem dos usos das tecnologias digitais. Nesse sentido, Oliveira e Silva assinalam que,

> A relação entre o ser humano e a tecnologia é dinâmica, influenciada por uma interação complexa de fatores sociais, culturais e econômicos. À medida que as tecnologias digitais se tornam mais centrais na vida das pessoas, ocorre uma reconfiguração das relações sociais e uma crescente demanda por seu uso. Essa dinâmica bidirecional molda as interações entre indivíduos, tecnologia e a sociedade em constante mutação, influenciando diversas áreas do conhecimento e impulsionando o desenvolvimento (2023, p. 184).

Partindo desse viés, além de possibilitar a democratização do acesso às TDIC nas escolas públicas, é necessário garantir a qualidade no uso delas no processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que são artefatos que também atribuem sentidos aos usos e as relações que se estabelecem por meio deles. Nesta perspectiva,

> Os desenvolvimentos tecnológicos são entendidos como intrínsecos aos desdobramentos do ser humano e de suas atuações socioculturais. Encarada dessa forma, a tecnologia extrapola os ideais de vilã ou heroína, traduzindo-se em mais uma das manifestações humanas, e, à medida que altera suas técnicas, também é alterada por elas. (HEINSFELD; PISCHETOLA, 2019, p. 05)

Desse modo, não se pode pensar as tecnologias dissociadas das relações estabelecidas entre os sujeitos e a escola, uma vez que estas fazem parte do cotidiano, da mesma forma que as questões sociais devem perpassar as práticas de ensino para tornar a aprendizagem significativa e contextualizada. Para tanto, como destacado por Viana *et al*., (2023, p. 86),

> Essas mudanças precisam ser acompanhadas pelas instituições formadoras de modo que os futuros docentes sejam preparados a utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

> no processo de ensino e aprendizagem, sendo os recursos tecnológicos percebidos como instrumentos fomentadores de uma aprendizagem mais significativa para os alunos.

Nesse sentido, Marimon, *et al*. (2023) corrobora que diante do contexto sociodigital existe a necessidade de repensar a formação docente para atender a demanda da cultura digital na contemporaneidade de modo a possibilitar um ensino crítico, a fim de garantir a formação de cidadãos autônomos e atuantes na sociedade. Além disso, "não basta que os professores tenham competências em TIC e sejam capacitados para ensiná-los aos seus alunos, mas também devem dominar as ferramentas digitais" (MARIMON *et al*., 2023, p. 52). Para os autores as tecnologias digitais são importantes aliadas no processo de ensino e aprendizagem, por isso devem ser integradas como recurso didático nas aulas.

Inclusive para garantir que seja cumprido o que é posto nos documentos que orientam a elaboração dos currículos escolares, como, por exemplo, as competências gerais para a Educação Básica da Base Nacional Comum Curricular – BNCC que apontam as tecnologias com as seguintes finalidades:

> Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017 p. 09)

Um outro desafio é a formação continuada para que os/as docentes sejam capacitados na perspectiva de usar as tecnologias como estruturante das suas práticas, além do investimento nas redes para conectividade e equipamentos. Em contrapartida, Heinsfeld e Pischetola, (2019, p. 08) inferem que "as tecnologias são inseridas no contexto escolar, porém, limitada àquilo que, porventura, seja considerado como uso pedagógico". As autoras fazem menção ao uso incipiente dos recursos tecnológicos nas escolas, como apoio, por isso o termo "pedagógico", quando as contribuições que esses recursos podem provocar são para além do instrumental, capazes de possibilitar atuação efetiva nos setores sociais, políticos e culturais e, deste modo, transformar a realidade, essa é a função da escola.

Diante deste cenário, é necessário garantir não tão somente a inserção de equipamentos nas escolas e internet de qualidade, mas, sobretudo, a formação de docentes, na perspectiva de discutir a multiplicidade do uso das TDIC para além do caráter instrumental. Assim tensionamos: de que forma os programas para inserção de tecnologias digitais nas escolas públicas da rede municipal são pensados em articulação com a iniciativa privada? É possível haver um diálogo entre os setores e ações que oportunizem a apropriação crítica das tecnologias digitais? Isto posto, no próximo tópico iremos discutir o contexto de implementação de um programa do governo federal com essa finalidade: inserção destes recursos nas escolas públicas.

AS NUANCES DO EDITAL E AS MOVIMENTAÇÕES DA GESTÃO MUNICIPAL: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM ILHÉUS

O Programa Inovação Educação Conectada - PIEC foi instituído pelo Decreto, 9.204, de 23 de novembro de 2017, com o objetivo de "apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica" (BRASIL, 2017, p. 01). Nessa direção, ele conta com a participação de empresas privadas e organizações da sociedade civil, como o Centro de Inovação para a Educação Brasileira – CIEB, o Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais-CEPE/FGV, a Fundação Itaú Social e a Fundação Lemann (BRASIL, 2018). A Coordenação do Programa, segundo o Decreto que o aprovou, está sob a responsabilidade do MEC, do representante do Comitê Gestor da Internet - CG e de dois representantes de entidades privadas (BRASIL, 2017).

No ano de 2018, foi publicado o Edital N. 001/2018, com a finalidade de implementar o Programa. "Educação Conectada - Implementação e Uso de Tecnologias Digitais na Educação", em abril de 2018 (BNDES, 2020), ele expressa como critério para seleção que os projetos dos municípios apresentem propostas coerentes com as da sua unidade de federação, que tem que convergir com as necessidades educacionais da rede estadual, no intuito de elevar o índice dos indicadores educacionais (BAHIA, 2019). Contudo, questionamos alocar como objetivo alavancar o desempenho dos estudantes nas avaliações externas. Além disso,

> Na história da recontextualização educacional das TIC, é imperativo reconhecer que, no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1990, Leis, Decretos, Portarias, Resoluções, Pareceres, Planos e Programas têm sido estruturados a partir de diagnósticos dos problemas a serem enfrentados e da identificação de soluções representadas por iniciativas centradas nas TIC (BARRETO, 2017, p. 127).

A autora faz alusão aos equívocos que fundamentam as políticas de base tecnológica, em secundarizar o papel do professor, com suas ações reduzidas, sendo atribuído destaque às tecnologias no sucesso da aprendizagem. No entanto, compreendemos que o docente tem a principal função no ensino mediado com as TDIC para obtenção de resultados positivos na prática pedagógica.

Isso porque defendemos que a escola pública é um lócus imprescindível para que ocorra a democratização do acesso às tecnologias digitais, considerando sobretudo as condições socioeconômicas do público que nela é atendido. Como já publicizado por organismos internacionais como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, informação é um

direito de todo cidadão, logo, para ter acesso, é necessário garantir a democratização no contexto de um país tão desigual como o Brasil.

Ainda sobre esse Edital, os municípios submeteram um projeto para ser executado entre os anos de 2019 e 2020. A seleção dos projetos se deu por sorteio, pela loteria federal em 2018, sendo que no primeiro sorteio dois municípios baianos ficaram na lista de espera, Ilhéus e Lauro de Freitas. No ano seguinte, em 2019, entraram em fase de análise pelo BNDES com o início em 2020 (BAHIA, 2019).

Para a implementação do Programa no município, constituiu-se um Grupo Especial de Trabalho – GET, com profissionais da área pedagógica e de Tecnologia da Informação – TI, do próprio município. Esse grupo foi mediador das ações necessárias para a execução do Programa nas escolas, como reuniões com gestores e formações para docentes, mapeamento das escolas com condições infra estruturais para execução, monitoramento da instalação da rede de internet e laboratórios para os equipamentos, bem como avaliação da iniciativa (BAHIA, 2019).

Os quadros abaixo apresentam as escolas e as etapas de ensino contempladas pelo Programa no município de Ilhéus/BA. No total, 50% das escolas da rede municipal foram contempladas.

Quadro 1 - Números de escolas contempladas pelo programa

Escolas	Docentes	Estudantes
15	270	6.315

Fonte: BNDES (2020).

Quadro 2 – Segmentos das etapas de ensino contempladas pelo programa

Ensino Fundamental –anos iniciais	Alfabetização	1º, 2º e 3º ano
Ensino Fundamental – anos finais	Letramento em Português e Matemática	6º e 9º ano

Fonte: BNDES (2020).

Importante destacar que, em novembro de 2021 foi elaborado pelo CIEB e distribuído aos gestores das escolas no Estado da Bahia contempladas com o Programa um "Guia dos Gestores Escolares: implementação do programa inovação conectada na Bahia", iniciativa do BNDES, com orientações e sugestões estratégicas para implementação dele nas escolas. O documento em questão caracteriza o Programa em quatro dimensões: visão, formação, recursos educacionais digitais e infraestrutura, CIEB (BRASIL, 2021).

A **visão** engloba o potencial das tecnologias digitais para proporcionar um ensino de qualidade; a **formação** indica habilidades e competências para uso dos digitais; **recursos educacionais**, acesso e uso de programas, aplicativos e conteúdos digitais na instituição escolar; **infraestrutura**, acesso à internet,

bem como, disponibilidade de ferramentas como computadores, notebooks, tablets, conexões com cabo e sem fio, servidores e serviços de armazenagem na nuvem (BNDES, 2021).

Contudo, acreditamos que essas dimensões precisam estar articuladas com a disponibilização dos artefatos tecnológicos, cursos de formação continuada para e com o digital nas atividades escolares, conexão ininterrupta para o acesso simultâneo e manutenção dos aparelhos para o desenvolvimento do programa de forma contínua. Neste sentido, apontamos a recente promulgação da Lei Nº 14.533/2023, que instituiu a Política Nacional de Educação Digital, no intuito de "potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis" (BRASIL, 2023). Uma das ações se refere à garantia de conectividade em alta velocidade adequada para o uso pedagógico, e o fortalecimento das aprendizagens contínuas de docentes e estudantes nas instituições públicas de educação.

O Guia para Gestores Escolares da Bahia apresenta como objetivo principal do programa nas escolas da rede estadual e municipal promover o engajamento, alfabetização e letramento de estudantes (BNDES, 2021). Nesse sentido, é possível afirmar que o Programa possui fragilidades e limitações na oferta das tecnologias digitais nas escolas, em que os objetivos se referem tão somente à habilidade básica, como alfabetização e letramento. No entanto, as tecnologias digitais e em rede apresentam vastas possibilidades de usos que poderá promover, por exemplo, a cooperação, a criação, a criticidade, dentre tantas outras potencialidades, para formação e apropriação tecnológica de estudantes das escolas públicas.

Nessa direção, é possível afirmar com bases em pesquisas realizadas por Pretto (2013), Bonilla (2010), Pischetola e Heinsfeld, (2018), entre outras, que o ensino com as tecnologias digitais ainda não tem explorado as potencialidades da conectividade de modo a vislumbrar a formação e atuação dos cidadãos e cidadãs, tendo em vista que os programas relacionados às tecnologias são fortemente influenciados por empresas comprometidas com a venda de suas plataformas e ferramentas, numa perspectiva tecnicista, reprodutora, em detrimento de uma apropriação crítica e criativa. Frente a esse quadro Coelho e Couto (2019, p. 41) asseveram que:

> Mesmo que em nível local – estado e município - exista uma correlação de forças políticas para a definição das ações, essa decisão é tomada de acordo com os interesses das elites globais, por força da determinação das amarras econômicas, próprias do modo de produção capitalista.

Nessa prerrogativa Souza (2008) defende a necessidade de superar a compreensão do digital nas práticas educacionais na lógica assistencialista, com acesso sem compromisso com o social, dissociadas

dos contextos das diferentes comunidades atendidas pelas escolas públicas. Para a autora, a participação efetiva no universo digital demanda das necessidades e problemáticas de cada comunidade. "É somente nesta dimensão que existe a potencialidade para transformar as práticas, as relações, as instituições e os contextos sociais" (SOUZA, 2008, p. 26). Além disso, é necessário destacar o que Brito e Maris (2020), asseveram: que a parceria público e privado impacta na efetividade do Programa para atender a demanda da escola pública, diante do interesse maior, em que são criadas novas oportunidades de acesso a fundos públicos, ímpeto que regem as entidades particulares. Além disso,

> Torna-se marcante, por um lado, a preocupação com o conjunto de mercadorias (bens e serviços), que se traduzem como o quantitativo de equipamentos e pontos de acesso. Por outro, há a preocupação com aquilo que se considera essencial para o uso pedagógico da tecnologia, a saber, a banda larga (alta velocidade de conexão da internet) e o funcionamento em rede de computadores. (BRITO; MARIS, 2020, p. 13)

Os autores asseguram que o processo de mercantilização no âmbito educacional tem se configurado na disputa de empresas na oferta dos serviços e equipamentos na área tecnológica, uma situação preocupante no sentido de negligenciar a relação e usos do recurso no ensino.

No entanto, podemos observar a tecnologia digital de maneira indiscriminada no Art. 9º, do Decreto Nº 9.204/2017, incisos II e III,

> Compete ao Comitê Consultivo do Programa de Inovação Educação Conectada: as ações do Programa de Inovação Educação Conectada, a fim de direcionar esforços às escolas e às redes de educação básica que tenham mais dificuldade em assegurar as condições necessárias para o uso da tecnologia como ferramenta pedagógica e propor parâmetros de velocidade de conexão para uso pedagógico nas escolas de educação básica. (BRASIL, 2018, p. 03).

Ao se referir às tecnologias educacionais como ferramenta, indica uma concepção reducionista, que ainda está fortemente presente na utilização desses recursos no processo educacional. Desse modo, Heinsfeld e Pischetola (2019) inferem que ao tratar tais recursos como ferramentas no texto do Decreto, pode levar a várias interpretações, podendo assim, não ser problematizado na implementação a potencialidade das tecnologias digitais em rede, na perspectiva de uma apropriação crítica.

Na concepção de Brito e Marins (2020), um programa ou política educacional em parceria com empresas privadas, a formação do sujeito fica pautada na lógica da racionalidade administrativa, fomentando a conformação do empreendedorismo. Os autores chamam a atenção para a tecnologia que marca as relações e os significados que os sujeitos atribuem a ela e a forma que tem sido utilizada, simplista e técnica. Não podemos perder de vista que, as intencionalidades das políticas neoliberais se

manifestam na forma de tentar reestruturar a sociedade, fortalecendo ideologias com menos participação social, por meio do processo educacional acrítico.

Ainda sobre o Edital, no item 6.3 aponta o "CIEB como suporte técnico para as atividades de monitoramento e avaliação; e para a implantação dos projetos selecionados, orientação para alocação dos recursos financeiros, bens e serviços captados junto aos parceiros da iniciativa privada" (BNDES, 2018, p. 07). O CIEB é formado por várias instituições parceiras de iniciativas privadas, dentre elas a Fundação Lemann e o Itaú Social que também estão à frente do programa em discussão.

Iniciativas de setores privados em programas educacionais são inerentes às políticas neoliberais, que se revelam na educação como mercadoria. Além disso, "Outros elementos podem atestar a perspectiva da força do interesse privado capitalista no desenho do Programa, a fim de se criarem novas oportunidades de acesso a fundos públicos – em que pese o desembolso a ser realizado pelas entidades parceiras" (BRITO; MARINS, 2020, p. 13). Essa relação dos setores públicos e privados compromete sobremaneira a promoção de um ensino humanitário, crítico e que de fato atenda às demandas sociais, pois as grandes empresas alimentam o capitalismo. Portanto, educar para a cidadania tem sido um desafio na sociedade contemporânea, em meio a essas parcerias com objetivos escusos.

A RELAÇÃO PÚBLICO E PRIVADO PARA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Discutir educação nos âmbitos sociais e políticos envolve o Estado, desde que se compreenda que ela é um direito legalmente estabelecido de todos/as cidadãos e cidadãs, e as políticas públicas são ações instituídas para garantia efetiva dos direitos. Além disso, nunca é demais resgatar que a estrutura da sociedade é formada pela classe dominante, quem detém o grande capital financeiro, e as classes trabalhadoras. Nesse sentido, "desde que a burguesia, na produção capitalista, tem um controle particular da mão-de-obra no processo de produção, ela também estende sua relação de poder ao Estado e a outras instituições" (CARNOY, 1986, p. 21). Assim, é possível inferir que grandes empresas que atuam no âmbito do setor público têm interesse em ampliar seu capital e poderes, e utilizam-se do setor educacional para tal fim.

Nesse contexto, é função do estado implantar e implementar políticas públicas para promoção da equidade social, e no âmbito desse processo destaca-se os movimentos reivindicatórios, de lutas e resistências, a lutar pelos direitos sociais, num continuum processo histórico na trajetória da classe trabalhadora.

> Marx e Engels enfatizavam o estado como aparelho para legitimar o poder, para reprimir, para forçar a reprodução da estrutura de classe e das reações de classe. Mesmo o sistema jurídico é um instrumento de repressão e controle, desde que estabelece as regras de comportamento e as impõe, de acordo com os valores da burguesia (CARNOY,1986, p. 22).

Tal destaque reafirma a atuação relevante dos movimentos sociais para a democracia e promoção da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs, que envolve saúde e educação de qualidade como fator essencial para a sobrevivência humana. Com isto, entre os movimentos nas lutas de trabalhadores/as e a burguesia, o estado assume o papel de mediador de conflitos, mas a tendência é o favorecimento de quem tem mais poder de capital e prestígio. O sistema educacional é um dos setores que recebe investimento para manter uma estrutura em curso de dominação, e nesse bojo há interferência das empresas privadas, que atuam diretamente nas tomadas de decisões relacionadas, por exemplo, às políticas públicas educacionais. Essa relação dos setores públicos e privados nas esferas sociais, educacionais e políticas historicamente fazem parte da estrutura social brasileira.

> Assim, o Estado brasileiro foi sempre dominado por interesses privados. Decerto, isso caracteriza o Estado capitalista em geral, não sendo uma singularidade de nossa formação estatal; mas esse privatismo assumiu aqui traços bem mais acentuados do que em outros países capitalistas. Sempre que há uma dominação burguesa com hegemonia, o que ocorre nos regimes liberal democráticos, isso implica a necessidade de concessões da classe dominante às classes subalternas, dos governantes aos governados. Portanto, nesses casos, o Estado – ainda que, em última instância, defenda interesses privados precisa ter também uma dimensão pública, já que é preciso satisfazer demandas das classes trabalhadoras para que possa haver o consenso necessário à sua legitimação (COUTINHO, 2006, p. 185).

Nesse contexto, o Estado assume o papel de conciliador entre os conflitos de interesses existentes entre burguesia e classe trabalhadora. Mas é relevante que atenda aos interesses sociais da maioria da população brasileira que é de baixo poder econômico. Posto isto, a educação deve ter um lugar primordial, com a implementação de políticas públicas emancipatórias nas escolas com a finalidade de fortalecer a educação pública para que possa de fato acolher as diversidades em suas peculiaridades. Em contrapartida, a burguesia possui uma política hegemônica, que não converge com a realidade social da população brasileira. Assim, os movimentos sociais lutam para resistir às forças das empresas privadas nas escolas.

Para Barroso (2005), a partir da década de 1980, com as políticas neoliberais, houve a redução do papel do Estado e a criação de mercados, nos setores públicos, inclusive na educação. Com isso o neoliberalismo atingiu e atinge vários países e "[...] foram adotadas como referenciais para os programas conduzidos pelas organizações internacionais (Fundo Monetário Internacional-FMI, Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE etc.)" (BARROSO, 2005, p.

741). Com o envolvimento dessas organizações, questões relacionadas à educação são discutidas também em instâncias internacionais, ultrapassando as barreiras nacionais e locais, agendas são definidas mundialmente, e o mercado intervém com forte engajamento nesses setores. Nesse sentido,

> No domínio da educação, a influência das ideias neoliberais fez-se sentir quer por meio de múltiplas reformas estruturais, de dimensão e amplitude diferentes, destinadas a reduzir a intervenção do Estado na provisão e administração do serviço educativo, quer por meio de retóricas discursivas (dos políticos, dos peritos, dos meios de informação) de crítica ao serviço público estatal e de 'encorajamento do mercado' (BARROSO, 2005, p. 741).

O discurso dos defensores das privatizações, que fortalecem a ideologia da ineficiência do serviço público prestado à população, abriu caminho para a concorrência e engajamento das empresas privadas nas instituições públicas. Com isso fortaleceu uma estrutura cada vez mais competitiva da sociedade nas esferas educacionais e nos diversos setores de serviços. Nesse sentido, Silva (2014), afirma que a interferência das empresas privadas em setores como a educação, por exemplo, as questões sociais deixam de ser prioridade e o interesse é criar políticas de ampliação das atividades mercantis.

Neste cenário, o sistema de ensino público tem sido cada vez mais impulsionado para uma concorrência injusta, tendo em vista que as estruturas das escolas públicas são em sua maioria precárias, e os sujeitos nelas atendidas, em sua maioria, pertencem à classe de baixo poder aquisitivo. "Se a educação de um direito social passa a ser concebida como um lugar de comércio modifica-se o *ethos* das instituições escolares e universidades, aproximando-as das empresas de negócios" (SILVA, 2014, p. 27). Para a autora, nessa conjuntura, muda os financiamentos direcionados a estas instituições pois, nas políticas públicas do neoliberalismo a educação tem seu orçamento reduzido e isso implica na qualidade do ensino. Por trás disto há uma lógica nas políticas neoliberais, que, de modo velado, cria mecanismos, principalmente na educação, para manter a sociedade alienada, com uma estrutura de poder que se baseia na economia (educação e mercado).

Segundo Silva (2005), a partir da década de 2000 houve uma drástica diminuição das funções do estado nas prestações dos serviços educacionais, ampliação pelo surgimento das parcerias público-privadas, como alternativas para investimento nesse setor e para compras de equipamentos tecnológicos, dentre outros recursos materiais e estruturais para as escolas públicas. Nesse sentido, para implementação do PIEC, objeto aqui da nossa discussão, o Fundo Social do BNDES dispôs de R$22 milhões, além de R$20 milhões dos parceiros, Fundação Lemann e Fundação Itaú Social. O CIEB atua com a responsabilidade de prover suporte técnico às secretarias de educação para a execução do Programa (BNDES, 2019).

Brito e Marins (2020), assinalam que a presença de representantes de entidades privadas na coordenação do PIEC demonstra o empresariamento do fundo público. Além disso, essa relação público e privado impacta intencionalmente na estrutura das escolas, uma vez que não são claras sua atuação sobre as mesmas, como, por exemplo, as políticas de proteção de dados dos usuários (professores e estudantes); diante do alto custo com as tecnologias disponíveis nas instituições, a ausência de ações e financiamentos para manutenção, há uma precarização das ações, o que resulta na ineficiência das políticas públicas.

A exemplo dessas questões está a grande concentração de informação nas empresas que formam o GAFAM - acrónimo utilizados para se referir às grandes empresas de TI - Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft, que juntas têm representado nos últimos anos o maior monopólio digital de informações e comunicação. Para Parra *et al*. (2018, p. 68) estas empresas já são a infraestrutura de organização, armazenamento, interação e de intermediação de inúmeros processos que realizamos, o que significa alto poder de influência nos setores político, econômico e social, com atuação na publicidade, mercado de trabalho e indústria.

Essa relação de poder impacta no campo educacional, e por isso é necessário melhor compreender os modos pelos quais os mecanismos de utilização e acesso às plataformas adquiridas pelos setores públicos, exercem controle e predições nos perfis de nossos/as estudantes e docentes, por exemplo. Nessa prerrogativa, Barroso (2005, p. 742) assevera que "O objetivo central já não é adequar a educação e o emprego, mas articular o "mercado da educação" com o "mercado de emprego", nem que para isso seja necessário criar um mercado dos excluídos". Nesse modelo de educação da contemporaneidade questões humanísticas, sociais e críticas deixam de ser prioridade no ensino e os sujeitos passam a ser responsabilizados pelo seu insucesso no processo educacional, principalmente com relação à aprovação ou retenção, ou ainda os insucessos nos indicadores, propostos pelas políticas neoliberais que as amparam. De modo intrínseco, certamente determinam premissas que regem as cotidianas ações direcionadas para a escola. Como afirmam Silveira *et al*, (2021, p. 08)

> As tecnologias e seus modos de tratamento e armazenamento, bem como os fluxos de dados não beneficiam todas as populações nem enriquecem do mesmo modo todas as comunidades e localidades. As plataformas, muitas vezes articuladas junto a Estados ricos e poderosos, são enormes máquinas de captura e armazenamento de dados pessoais, responsáveis por criarem bilhões de perfis de usuários, que depois são usados para promover influência comportamental para fins de propaganda comercial, ideológica ou política.

Estas e outras questões urgem serem tensionadas e discutidas, principalmente quando envolvem parcerias público e privado para implementação de políticas públicas com o fim precípuo de adquirir tecnologias digitais paras as escolas públicas, plataformas e demais conteúdos que serão utilizados pela

comunidade escolar. Contudo, não iremos aqui ampliar essa discussão, visto que não é objetivo nosso neste texto.

Um relatório da UNESCO lançado em 2021, com o título Reimaginar nossos futuros, traz pela primeira vez a expressão "imperialismo de plataforma", alertando que padrões de governança de infraestruturas digitais apresentam desafios prementes para sustentar a educação como um bem comum, os quais se tornaram centrais para os debates contemporâneos sobre a digitalização da educação, (CGI.BR, 2022). O Estado que poderia estar para atender as demandas sociais, mas, diante dos acordos com essas empresas, questões fulcrais, como uma educação escolar de qualidade, comprometida com a aprendizagem do seu público são precarizadas, porque a prioridade não é a qualidade de vida para a população, até porque o novo modelo estrutural de sociedade mais flexível, empreendedora, individualista é a vertente das políticas neoliberais inerente ao capitalismo.

Fato é que essas parcerias não trazem benefícios diretos para as escolas, que impactem nas suas atividades de ensino e aprendizagem de forma qualitativa e contínua, pelo contrário, são amplamente questionadas pela comunidade escolar, justamente pela pouca eficiência, e objetivos escusos nas parcerias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas privadas no século em curso têm investido cada vez mais recursos financeiros para produção de conteúdos digitais, com vistas a atuar como instituições parceiras na implementação de políticas públicas educacionais, para inserção de tecnologias digitais em rede em escolas públicas. As chamadas *Big Tech*, grandes empresas de tecnologia e inovação, a exemplo da Google e a Meta, com essas parcerias têm obtido vantagens em detrimento do Estado.

Os dados revelaram que, apesar do Programa possibilitar a conectividade e recursos tecnológicos nas escolas públicas, o uso é primário e inconstante, e a formação das/os professoras/es se revela desarticulada e incipiente para uso destes recursos nas aulas. No cenário da cultura digital, é imprescindível práticas de ensino que utilizem o ciberespaço com a intencionalidade crítica e colaborativa. Contudo, os objetivos que são almejados no Programa são restritos a alfabetização e reprodução, baseado nos resultados dos indicadores, mas, a educação pública tem uma função para além da aquisição da leitura, que é a formação integral dos cidadãos e cidadãs, para que possam se organizar coletivamente e lutar pelos direitos em sociedade.

Há ainda limitação nos artefatos tecnológicos e acesso à internet, o que incentiva, por exemplo, um uso restrito à alfabetização digital e ao consumo de conteúdos, como consequência das parcerias

público e privado que fomentam políticas públicas visando o lucro e, com isso, não avança na perspectiva de uma apropriação crítica e criativa das tecnologias digitais.

A sociedade passa por um processo constante de transformações e a escola é o lócus institucionalizado para formar os sujeitos, na perspectiva que atuem para modificar a realidade, e isso se reverte em desafios para essa instituição. Nessa direção, é necessário profissionais na educação escolar que se comprometam com essa causa, ao passo em que sejam preparados continuamente para o fortalecimento de suas práticas escolares e o Estado deve ser responsabilizado para esse fim: desenvolvimento das instituições escolares e empoderamento dos profissionais que atuam nela.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Justificativa sobre as alterações na planilha de infraestrutura do projeto orçado em R$ 5mi do Território Bahia**. Bahia: SEC, 2019. Disponível em: <www.sec.ba.gov.br>. Acesso em: 23/09/2023.

BAHIA. **Projeto Territorial Revisado Bahia**. Bahia: SEC, 2019. Disponível em: <www.sec.ba.gov.br>. Acesso em: 23/09/2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora Edições 70, 2011.

BARRETO, R. G. "Objects as subjects: the radical displacement". *In*: FERREIRA, G. M. S.; ROSADO, L. A. S.; CARVALHO, J. S. (orgs.). **Education and Technology**: critical approaches. Washington: Scientific Board, 2017.

BARROSO, J. "O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas". **Educação e Sociedade**, vol. 26, n. 92, 2005.

BNDES - Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social BNDES. "Educação Conectada já beneficia 168 mil estudantes de 406 escolas públicas". **BNDES** [2019]. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 15/07/2023.

BNDES - Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social. **Chamada Pública BNDES**: Educação Conectada – implementação e uso de tecnologias digitais na educação. Brasília: BNDES, 2020. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 19/10/2023.

BNDES - Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social. **Edital de Seleção n. 001/2018**. Brasília: BNDES, 2018. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 20/10/2023.

BNDES - Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social. **Guia de Gestores Escolares**: implementação do projeto de inovação e tecnologia na Bahia. Brasília: BNDES, 2021. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 10/ 07/2023.

BONILLA, M. H. S. "Políticas Públicas para Inclusão digital nas escolas". **Motrivivência**, n. 34, 2010.

BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L. "Política educativa e cultura digital: entre práticas escolares e práticas sociais". **Perspectiva**, vol. 33, n. 2, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20/10/2023.

BRASIL. **Programa de Inovação e Educação Conectada**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20/10/2023.

BRASIL. **Programa de Inovação Educação Conectada**. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20/10/2023.

BRITO, S. H. A.; MARINS, G. A. M. B. "Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais". **Educar em Revista**, vol. 36, 2020.

CARNOY, M. **Educação, Economia e Estado**: base e superestrutura: relações e mediações. São Paulo: Editora Autores Associados, 1984.

CETIC.BR - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC educação 2021**. São Paulo: CETIC, 2022. Disponível em: <www.cetic.br>. Acesso em: 16/06/2023.

CGI.BR - Comitê Gestor da Internet no Brasil. "Educação em um cenário de plataformização e de economia de dados: parcerias e assimetrias". **CGI.BR** [2022]. Disponível em: <www.cgi.br>. Acesso: 04/09/2023.

HEINSFELD, B. D.; PISCHETOLA, M. "O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação". **Educação e Pesquisa**, vol. 45, 2019.

MARIMON-MARTÍ, M. *et al*. "Análisis de la competencia digital docente en la formación inicial de maestros y maestras". **Revista de Investigación Educativa**, vol. 41 n. 1, 2023.

MATOS, D. A. S.; RODRIGUES, E. C. "Indicadores educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do Ideb". **Estudos em Avaliação Educacional**, vol. 27, n. 66, 2021.

OLIVEIRA, M. S.; SILVA, M. D. S. "Formação com tecnologia digital: potencializando a aprendizagem geométrica". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 45, 2023.

PISCHETOLA, M.; HEINSFELD, B. D. "Eles já nascem sabendo!": desmistificando o conceito de nativos digitais no contexto educacional. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, vol. 16, n. 1, 2018.

PRETTO, N. L. **Uma escola sem/com futuro**: educação e multimídia. Salvador: Editora da UFBA, 2013.

SILVA, M. A. "Dimensões da política do Banco Mundial para a educação básica pública". *In*: SILVA, M. A.; CUNHA, C. (orgs.). **Educação Básica**: Políticas, avanços e pendências. Campinas: Editora Autores Associados, 2014.

SILVEIRA, S. A. *et al*. **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2021.

SOUZA, J. S. **Tabuleiro digital**: vivências, dinâmicas e tensões: um estudo de caso (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia). Salvador: UFBA, 2008.

VIANA, J. A. R. *et al*. "Aprendizagem ativa e tecnologias digitais no contexto escolar: potencialidades do aplicativo classdojo na comunicação digital em sala de aula". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 41, 2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 16 | Nº 47| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima